

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA



Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre - RS

40.509 (Dezembro/2021 - R\$ 1.188) e R\$ 1.821 (Dezembro/2021 - R\$ 861) respectivamente, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. O aumento dos passivos contingentes fiscais refere-se à atualização da Política de Provisão Tributária no ano 2022 pela assessoria jurídica, o que impactou no acréscimo do número de processos avaliados como passíveis.

13. Patrimônio líquido (Administradora)
a) **Capital Social** - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações. A participação dos acionistas minoritários é de 0,3%.

b) **Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da companhia. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária do Estatuto Social vigente. Os dividendos provisionados em 2021 foram ajustados no primeiro semestre de 2022, de 25% (R\$ 12.773) para 50% (R\$ 25.547), conforme art. 202 da Lei 6.404/64 e Estatuto Social da companhia. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2022 serão pagos no primeiro semestre de 2023 e podem ser demonstrados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do período	62.105	53.782
Reserva legal (5%)	(3.105)	(2.689)
Base de cálculo dos dividendos	59.000	51.093
Dividendos propostos (25%)	14.749	12.773
Dividendos adicionais distribuídos (50%)	-	12.774
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,16	0,29

	2º Semestre 2022	2022	2021
Taxa de administração de consórcio (a)	51.582	95.216	108.235
Taxa de permanência sobre recursos não procurados	1.687	2.589	2.567
Outras receitas de serviços	680	1.336	1.035
Total	53.949	99.141	111.837

(a) Receita reconhecida segundo Pronunciamento Contábil CPC 47 a partir de janeiro de 2022 (Nota 2).
15. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2022	2022	2021
Comissões de vendas - Convênio prestação de serviços (Nota 17)	-	(20)	(9.631)
Provisões operacionais - Convênio prestação de serviços (Nota 17)	(642)	(1.436)	(987)
Provisões para riscos civis e fiscais	(88)	(110)	(143)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(62)	-
Subtotal	(730)	(1.628)	(10.761)

	2º Semestre 2022	2022	2021
Convênio de prestação de serviços (Nota 17)	(12.715)	(23.134)	(14.637)
Comissão de vendas - atualização	(543)	(1.964)	-
Despesas de serviços de terceiros	(511)	(701)	(138)
Despesas com administração e conselhos	(440)	(849)	(724)
Aluguéis	(234)	(462)	(103)
Manutenção	(2)	(3)	(2)
Comissões de vendas - outros parceiros	(430)	(978)	(525)
Processamento de dados	(1.544)	(3.213)	(2.763)
Doações e patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(480)	(480)	(569)
Despesas diversas	(1.276)	(2.011)	(1.441)
Subtotal	(18.175)	(33.795)	(20.902)
Total	(18.905)	(35.423)	(31.663)

16. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora):
a) Conciliação do resultado de imposto de Renda e Contribuição Social:

	2º Semestre 2022	2022	2021
Resultado antes dos tributos	49.984	93.198	80.579
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias - IRPJ	31.371	30.183	(1.165)
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias - CSLL	31.371	30.183	(1.165)
(=) Base do IRPJ	81.355	123.381	79.414
(=) Base do CSLL	81.355	123.381	79.414
Imposto de Renda	(20.327)	(30.821)	(19.830)
Contribuição Social	(7.322)	(11.104)	(7.147)
Deduções doações e patrocínios	480	480	569
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(16.532)	(31.093)	(26.797)
IRPJ e CSLL Corrente	(27.169)	(41.445)	(26.408)
IRPJ e CSLL Diferidos	10.637	10.352	(369)

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo**

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2022	31/12/2021
Outras provisões temporárias	-	-	-	-
Campanha de vendas	222	(222)	-	222
Provisões operacionais	169	108	277	169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	19	19	-
Receitas antecipadas	-	10.552	10.552	-
Riscos civis e fiscais	248	(105)	143	248
Total do ativo fiscal diferido	638	10.352	10.991	638

c) **Expectativa de realização dos créditos tributários**

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2023	889	2.468	3.357
2024	624	1.734	2.358
2025	443	1.232	1.675
2026	283	786	1.069
2027	200	556	756
Após 2027	470	1.306	1.776
Total 31.12.2022	2.909	8.082	10.991
Total 31.12.2021	168	471	639

d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo**

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais diferidas	173	25	198	173
Total do passivo fiscal diferido	173	25	198	173

17. Transações com partes relacionadas (Administradora)
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuladas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.
As transações com partes relacionadas compreendem depósitos, aplicações em letras financeiras e fundos de investimento no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. bem como acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, a companhia tem investimento na Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. com participação de 0,18% (2021 - 0,22%) o qual é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Caixa e equivalentes a caixa	492	375
Instrumentos financeiros	402.453	43.754
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(14.703)	470
Convênio prestação de serviços	(3.349)	(24.590)
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.		
Dividendos	-	164
Investimento	3.863	794
Fundo Premium FJ RF LP		
Instrumentos financeiros	10.382	3.990
Fundo Banrisul Master FI Refer. DI LP		
Instrumentos financeiros	-	21.701

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Os Administradores possuem três cotas de consórcios de nossa administradora.

18. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)
O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
Informa-se que não houve eventos considerados como não recorrentes para dezembro/2022 e dezembro/2021.

19. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)
Direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Curso normal	913.704	863.958
Em atraso	6.826	5.857
Em cobrança judicial	9.836	2.357
Total	930.366	874.172

20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)
As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 750.366 (2021 - R\$ 679.878) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

21. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

22. Gerenciamento de Risco
A Banrisul Consórcios aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.537/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARÊCER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições contidas no Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2022.
Claudio Leite Galstal
Paula Ferreira Krieger
Michel Tassiani Perty

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, aos Conselheiros e aos Colistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa por semestre e exercício financeiro nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Então
Adoção da Resolução BCB nº 12/2021
Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, reconhecimento e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 - "Receita de Contrato com o Cliente. Diante disto, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo 23 da referida resolução, passaram a ser reconhecidas a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes, diferentemente do reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras
A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo em escrito. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2023

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Fernando Postal - Presidente
Flávio Pomper Mayer - Vice-Presidente

Conselho de Administração
Elizabeth Rejane S. Tavares - Conselheiro
Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior - Conselheiro
Ladir Cezar Cardoso Matias - Conselheiro

Marcelo Soares Alves - Conselheiro
Suzana Flores Cogo - Conselheiro

Deborah Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora - CRC RS-094261/O-7

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 23658/O-4

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC